

PRÁTICAS EDUCACIONAIS ANTIRRACISTAS NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE A DISCIPLINA DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Jefferson Aleff Bezerra Batista ¹

RESUMO

O ambiente acadêmico, que é lugar de construção do conhecimento, é também lugar de formação de valores e práticas que refletem a sociedade a qual se está inserido. A promoção de uma educação antirracista é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, no contexto do ensino superior, é fundamental repensar perspectivas metodológicas e curriculares utilizadas, a fim de garantir uma inclusão, assim como também a valorização das referências afrocentradas. No ensino superior, é fundamental incorporar perspectivas afroreferenciadas para desconstruir o eurocentrismo presente em muitos currículos e metodologias. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo discutir a importância da educação antirracista no ensino superior, explorando algumas abordagens metodológicas e curriculares que podem contribuir para uma formação mais inclusiva e respeitosa da diversidade étnico-racial. Fundamentamo-nos no método da afrodescendência, que versa sobre a importância de valorizar a participação social de africanos e afrodescendentes na formação sociológica brasileira e realizamos uma pesquisa bibliográfica e a prática de campo, essa ocorrida através de oficinas práticas. As análises de dados sugerem a ampliação da produção de conhecimento sobre raça, racismo e antirracismo por meio das práticas antirracistas realizadas no ambiente universitário, através do componente curricular Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Os achados corroboram para uma reflexão de práticas pedagógicas antirracistas, que podem ser utilizadas em sala de aula visando maior representatividade e valorização da cultura afro-brasileira e indígena por meio de práticas antirracistas no ensino superior.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Ensino Superior, Cultura Afro-brasileira e Indígena.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira apresenta um histórico de desigualdades que ocasiona marcas nos sujeitos, sobretudo aqueles que, por vários séculos, viveram à margem do processo educacional formal deste país: os afrodescendentes. A exclusão dos afrodescendentes, por meio dos manuais e livros que compõem a história, marca a sociedade brasileira ainda na contemporaneidade, como expôs Ribeiro (1995, p. 222) a respeito do tratamento dispensado aos negros, afirmando que “a nação brasileira, comandada por essa gente de mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a

¹ Graduado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Católica de Quixadá - UNICATÓLICA, jeffersonaleff2@gmail.com;

constituía. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudessem educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência”.

Assim, conforme aponta Souza e Crosso (2007), a educação das relações raciais se apresenta na atualidade como uma possibilidade para trabalhar a diversidade e resgatar ações afirmativas para essa população, através do incentivo ao conhecimento sobre a pluralidade Étnico-Racial e da reeducação de atitudes, valores e posturas dos cidadãos, por meio do diálogo e interação com diferentes culturas.

A amplitude do tema abordado, revela o quanto se faz necessário entender que no Brasil, historicamente falando, não há como negar as relações desiguais de poder travadas entre as diferentes matrizes culturais e raciais. A nossa sociedade possui uma vasta diversidade étnica e cultural, entretanto, vivencia-se um sistema excludente, que trata de forma diferenciada, as práticas sociais, políticas e culturais de diferentes grupos étnico-raciais, produzindo, conseqüentemente, as desigualdades sociais.

Segundo Telles (2003), o Brasil sempre vivenciou uma divisão referente às relações raciais a partir de duas correntes de estudos: a primeira se apresenta ao sustentar a crença na democracia racial e apologia da mestiçagem, defendendo a inexistência do racismo; e a segunda, do racismo e da desigualdade racial, que vigora na marginalização de pessoas negras e as impede de desfrutar as oportunidades surgidas com o desenvolvimento econômico brasileiro, bem como a restituição dos direitos de cidadania.

No âmbito educacional, o habitual silêncio em torno do racismo nos espaços escolares evidencia a forma como este espaço reproduz a discriminação racial. Entretanto, a luta antirracista em suas inúmeras dimensões desenvolvida pelo “Movimento Negro”, por pesquisadores(as) negros(as), brancos(as) e docentes, tem colaborado para o rompimento da manutenção do silêncio, estabelecendo novos padrões de lidar com as discriminações raciais, tanto na sociedade como na escola, pois como afirma Cavalleiro (1998, p.182) “o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação racial no ambiente acadêmico”.

Neste sentido, nosso ponto de partida tem como objetivo discutir a importância da educação antirracista no ensino superior, explorando algumas abordagens metodológicas e curriculares que podem contribuir para uma formação mais inclusiva e respeitosa da diversidade étnico-racial. Para a realização da pesquisa, utilizamos o método de pesquisa afrodescendente desenvolvido por Cunha Júnior (2020), que possibilita a/ao pesquisadora/or a inserção na ambiência pesquisada como parte da realidade, tendo como

finalidade a ação política de transformação social, visibilizando a população negra e suas produções históricas e culturais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma ação metodológica com abordagem qualitativa de caráter exploratório. De acordo com Polit e Beck (2011) a dimensão metodológica elabora instrumentos confiáveis e precisos incluindo o uso de modelos com métodos mistos, que podem ser utilizados por profissionais e pessoas leigas que versam sobre o desenvolvimento, a validação e a avaliação de ferramentas e métodos de pesquisa.

Conforme nos diz Deslauriers (1991, p. 58), “na pesquisa qualitativa, o pesquisador é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado.” O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Gil (2006, p. 43) afirma que “a principal finalidade das pesquisas exploratórias é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando, a formulação de problemas mais explícitos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” Esse estudo tem caráter exploratório por consistir na determinação do campo de pesquisa, dos interessados e suas expectativas, e estabelecer o problema da situação em estudo.

Como instrumento de sistematização da pesquisa afrodescendente utilizamos a pesquisa bibliográfica a partir de autores e autoras que versam sobre o universo africano e afro-brasileiro (BISPO DOS SANTOS, 2023; ADICHIE, 2019; CUNHA JÚNIOR, 2019; RIBEIRO, 2018; EVARISTO, 2016) e através das oficinas práticas, que nos permitiu observar na materialidade os conhecimentos de base africana que estão presentes nos diversos produtos produzidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O silenciamento da cultura e dos saberes africanos nos currículos é fruto de um processo histórico, onde o projeto de expansão territorial europeu não se limitou apenas à dominação dos espaços físicos, mas expandiu-se a territórios simbólicos, psicológicos e intelectuais (MAZAMA, 2009), nos quais de forma perversa e criminoso, marginalizou desqualificou e até ocultou saberes que se contrapunham ao princípio epistemológico ocidental (MENESES, 2014).

Nesse sentido, esse processo de invalidação das práticas, tecnologias, formas de comunicação, manifestações culturais e religiosas e saberes tradicionais dos povos subalternos contribuiu para a deslegitimação das cosmovisões africanas e dos povos nativos (SANTOS; MENESES, 2014), que eram vistas como bárbaras e primitivas, caracterizando o que se compreende como “epistemicídio” (SANTOS; PINTO; CHIRINÉA, 2018).

Na visão de Almeida (2019), o epistemicídio gerado por essas formas de dominação, destruiu de forma gradativa a referência dos povos dominados que, ao longo de anos, passaram a perceber e experienciar o mundo a partir de um parâmetro eurocêntrico. Tal processo teve implicações diretas para a construção da identidade moderna europeia que, à custa dos africanos, foi forjada por meio da construção da “imagem do europeu como o mais civilizado e do africano como primitivo, incivilizado, a-histórico” (MAZAMA, 2009, p. 112).

Quijano (2010), sustenta que essa forma de ver os sujeitos, classificando-os em bons/maus, inteligentes/ignorantes, civilizados/bárbaros, não é natural, tendo sido histórica e culturalmente produzida, sobretudo, desde o contexto da colonização, constantemente atualizado por meio da colonialidade. O currículo, como resultado das lutas e disputas que se dão na sociedade, também é profundamente afetado por esse contexto. Em função das relações de poder, alguns conhecimentos são vistos como necessários e mais importantes, enquanto outros são vistos como complementares (PAVAN, 2022).

A partir do entendimento de que colonizar significa transferir conhecimentos, compreendemos que foram os africanos e seus descendentes que colonizaram o Brasil (DA SILVA; DA SILVA; CUNHA JUNIOR, 2023). Uma diversidade de conhecimentos foi amplamente difundida no território brasileiro, por meio de técnicas de mineração, agricultura, pecuária, comércio e arquitetura.

A população negra desempenhou um trabalho que assegurou por séculos a prosperidade econômica e social do Brasil, “possibilitando a constituição de instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira (QUERINO, 1918, p.156). No entanto, em virtude do eurocentrismo temos dificuldades de reconhecer o protagonismo social da população negra.

Quando a academia, e mesmo o currículo trabalha a presença africana, em geral, se restringe somente a dimensão de “escravo”, não vislumbrando os africanos e seus

descendentes como pessoas que foram “escravizadas”, por dominarem uma gama de conhecimentos. O escravo denota uma condição nata, diferente do escravizado que nos fala de processo de domínio e poder. O escravo é passivo, já o escravizado luta e ressignifica os territórios (DA SILVA; DA SILVA; CUNHA JUNIOR, 2023).

Essa ideia ainda continua presente na sociedade, podendo ser observado no tratamento dados aos africanos e seus descendentes em vários setores sociais, principalmente na educação institucionalizada. Inferiorizar as práticas culturais de um povo significa negar a sua relevância para a transformação social (SILVA, 2019). A estrutura racista impõe nos espaços de formação educacional a ausência da verdadeira história sobre a presença africana e de seus descendentes no Brasil. Nessa perspectiva, é preciso repensar a historicidade, buscando refletir acerca das populações negras, o que pode ser alcançado com o estudo das africanidades (NASCIMENTO, 2019).

De acordo com os estudos de Cunha Junior (2013), as africanidades são meios de atuação social e cultural da população africana em diáspora, possibilitando a ressignificação material e imaterial dos lugares. Existem “marcas de africanidades” localizadas em todas as partes do Brasil, e mesmo com tentativa europeia de “desafricanizar” a produção espacial e cultural por meio de ideais racistas, “é inegável a participação dos africanos e afrodescendentes na produção do espaço geográfico através de conhecimentos tecnológicos e filosóficos (CUNHA JUNIOR, 2013, p.269).

Cunha Junior (2013), ainda destaca que o conjunto das africanidades brasileiras podem ser vislumbradas na arquitetura, no urbanismo, nas técnicas de agricultura, de mineração, nos reisados, na dança do coco, na organização social dos bairros negros, nos terreiros de religião de matriz africana, nos quilombos rurais e urbanos, dentre outras marcas culturais. Reconhecer e compreender as africanidades é uma maneira de construir contrapontos ao fundamento científico eurocêntrico, sobretudo, no campo educacional.

O estudo das africanidades atua como instrumento de reconhecimento e valorização das marcas ancestrais dos lugares, contribuindo ainda no combate de ideias racistas que inferiorizam a cultura negra e colaborando na construção uma identidade afrodescendente (CUNHA JUNIOR, 2001). Vale ressaltar que as africanidades estão ligadas a visão de complexidade sistêmica africana nas unidades culturais difundidas durante a colonização africana no Brasil (DA SILVA; DA SILVA; CUNHA JUNIOR, 2023, p.165).

Na busca de superar a perspectiva eurocêntrica de explicação da realidade e ciente da relevância da educação institucionalizada como campo de discussão acerca da história

sociológica brasileira (SILVA, 2019), o movimento social negro brasileiro atuou para a incorporação da temática de desenvolvimento de uma educação antirracista e do ensino da cultura afro-brasileira e africana, no ambiente do sistema formal das instituições de ensino superior de todo o país, desenvolvendo várias ações no campo social, político e educacional, no sentido de combater a discriminação racial sofrida pelos negros ao longo da história do nosso país e que ainda predomina em nossa sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa, foi elaborado o conteúdo a partir dos resultados da literatura científica durante o levantamento das informações, buscando-se adaptar as orientações de Moreira, Nóbrega e Silva (2003), que dizem que o profissional deve considerar para elaborar práticas educativas de modo a torná-las legíveis, compreensíveis, eficazes e culturalmente relevantes, as quais explicam os aspectos ligados com: (1) Linguagem: comunicar uma mensagem de credibilidade que está relacionada com o autor e a fonte da mensagem, devendo ambos ser confiáveis e apropriados ao contexto socioeconômico e cultural; (2) Ilustração: para a legibilidade e compreensão de um texto, sua função é atrair o leitor, despertar e manter seu interesse pela leitura; (3) Layout: tornam o material mais fácil de ler e mais atraente para o leitor.

As práticas educativas foram desenvolvidas na perspectiva de uma fácil aplicação entre os grupos de alunos, viabilizando a melhor compreensão deste público, planejadas de forma que pudessem ser atrativas, coerentes, claras, objetivas, utilizando uma linguagem de fácil compreensão e atendendo o contexto sociocultural do ambiente escolar. Mendonça (2013) aponta a necessidade de adaptação da linguagem no processo de aproximação do conteúdo científico a diferentes públicos.

Portanto, a importância da elaboração de estratégias (materiais de divulgação), para tornar determinadas temáticas atrativas e promover a integração do conhecimento científico com a divulgação de novos conhecimentos à comunidade em geral, vem sendo uma dinâmica fundamental para o desenvolvimento científico e social, sobretudo quando está em um formato digital, auxiliando ainda na divulgação, entendimento e aplicabilidade da lei.

Uma das principais características estruturais das oficinas práticas é a presença de textos didáticos e a inserção de narrativas quadrinizadas, as quais empregam personagens fictícios, imagens, ou geralmente caricaturais, atuando numa narrativa com a voz do senso

comum. Ainda é possível mesclar as narrativas quadrinizadas e textos didáticos e/ou informativos (MENDONÇA, 2013) e uso de cores atrativas. Desta maneira, optou-se por textos didáticos e os desenhos foram elaborados com sentenças curtas, empregando palavras comuns em vez de termos técnicos.

A prática educativa desenvolvida na disciplina de Cultura Afro-brasileira e Indígena, foi elaborada com o intuito de promover uma articulação dos conceitos que possam dar subsídios para a promoção de uma educação antirracista, podendo ser manuseada por educadoras e educadores em seu trabalho. Procurou-se oferecer alguns elementos capazes de causar impacto positivo na educação e contribuir nas respostas às perguntas que possam surgir ao debater sobre os tipos de racismo.

Os estudantes, divididos em equipes, elaboraram e desenvolveram painéis semânticos inspirados nos capítulos do livro “Quem tem medo do feminismo negro” da escritora Djamila Ribeiro, nos quais fomentavam um diálogo aberto sobre o racismo, conscientizando a sociedade sobre suas ramificações e motivando a ação coletiva. Assim, entendemos que por meio de uma abordagem abrangente e duradoura podemos esperar uma realidade onde a igualdade racial não seja apenas um ideal, mas uma realidade tangível para todos (Figura 1).

Figura 1: Painéis Semânticos elaborados pelos estudantes.



Fonte: Registro elaborado pelos estudantes, 2024.

Nesse sentido, a criação das práticas educativas antirracistas no ambiente universitário se faz de grande importância para a relação entre alunos e professores e a qualidade da assistência pedagógica. Assim, os materiais propostos neste estudo tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica antirracista que contemple a abordagem das culturas africana em sala de aula, na busca pela superação dos preconceitos e do racismo que, embora velada, existe na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente artigo buscou discutir a relevância das tecnologias e inovações no contexto da promoção do antirracismo, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar para a construção de uma sociedade inclusiva. Ao longo do texto, analisamos de que forma a tecnologia pode ser utilizada como uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo, possibilitando a disseminação de informações, a mobilização social e a criação de espaços de diálogo.

Foi possível constatar que as práticas educativas têm desempenhado um papel fundamental na visibilidade das questões raciais, facilitando a denúncia de práticas discriminatórias, a articulação de movimentos sociais e a mobilização de pessoas em prol do combate ao racismo. Além disso, também discutimos as limitações e desafios que envolvem o uso dessas tecnologias, como a disseminação de discursos de ódio e a falta de acessibilidade para determinados grupos.

Foi destacado o papel da interdisciplinaridade como uma abordagem necessária para a promoção do antirracismo, enfatizando a importância do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, a comunicação, a psicologia e a tecnologia. Através dessa integração de saberes, é possível desenvolver estratégias mais efetivas de enfrentamento ao racismo, considerando suas múltiplas dimensões e impactos na sociedade.

Por fim, é fundamental ressaltar que a promoção do antirracismo é uma tarefa coletiva e contínua. Nesse sentido, o uso das tecnologias e inovações deve ser integrado a esforços políticos, educacionais e sociais, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A reflexão crítica sobre o papel das tecnologias na promoção do antirracismo é um passo importante para a conscientização e transformação social, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e plural.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Fernanda Lícia de Santana. **Cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar**: desafios e possibilidades na formação de professores. Encontro da Linha de Educação, Currículo e Ensino da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Impreco, 2013.
- BRASIL. (2004). Parecer do CNE/CP 003/2004, aprova em 10 de março de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação da relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC.
- CAVALLEIRO, Eliane. (1998). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Editora Selo Negro.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidades e afrodescendência na educação brasileira. In; Luz, Narcimária Correia do Patrocínio (Org.). **Descolonização e educação**: diálogo e proposições metodológicas. Curitiba: CRV, 2020.
- DESLAURIERS, J. –P. (1991). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DIAS, Lucimar Rosa. (2004). **Quantos passos já foram dados?** A questão de raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 à Lei 10.639/03. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo: USP, n. 38, p. 38.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006, 206 p.
- LUZ, Marco Aurélio. **Cultura negra e ideologia do recalque**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. **Cartilhas educativas**: notas sobre gênero e cognição. (Monografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- MOREIRA, M. F.; NÓBREGA, M. M. L.; SILVA, M. I. T. **Comunicação escrita**: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. Rev. Bras. Enferm., [S. l.], v. 56, nº 2, p. 184-188, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. (2005). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Autêntica.
- NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019.
- POLIT, D. F; BECK C. T. **Fundamentos de Pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para as práticas da enfermagem. 7a ed. Porto Alegre (RS): Artmed; p. 669, 2011.
- RIBEIRO, D. (1995). **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras. P.222.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSSO, Camila. (2007). **Igualdade das relações étnico raciais na escola**: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/03. São Paulo: Petrópolis Ação Educativa e CEERT.



TELLES, Edward. (2003). **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford.